

## **Territórios de proteção ambiental na Amazônia: formação e uso do espaço em áreas de proteção, terras indígenas e áreas de entornos, no Estado do Acre, Brasil**

## **Territories of environmental protection in the Amazon: formation and space use in protected areas, indigenous areas and surrounding Areas at Estate of Acre, Brazil**

**Silvio Simione da Silva**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP

Professor Associado da Universidade Federal do Acre - UFAC, Brasil

Correo electronico : [ssimione@gmail.com](mailto:ssimione@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo demonstra as bases da formação espacial de áreas de proteção ambiental e entorno, no Estado do Acre, Brasil, perante suas possibilidades e sentidos de usos. Com isto, espera-se possibilitar uma compreensão diagnóstica da “biodiversidade e gestão ambiental”, sem, contudo, desprezar a riqueza da formação social regional. Desta forma, apresenta-se a organização de informações que possibilita identificar, caracterizar e analisar as áreas de proteção e seus entornos como territórios de proteção, sem negar seu histórico como espaços produzidos e, na atualidade, como áreas de possibilidades diversas de uso e exploração econômica. Assim, deixa-se claro que estas áreas de proteção se firmaram a partir das práticas das populações tradicionais, mas que na atualidade está exposta às lógicas de uma nova territorialização do capital. Para isto, estas áreas passam serem vistas e dispostas aos usos como grandes reservas para a exploração dos recursos naturais, sejam na extração de madeiras, látex, sementes ou mesmos, redirecionadas como territórios não produtivos, mas aptos a serem espaços postos a venda no mercado de serviços ambientais. Nisto, notam-se novas articulações do capital mundial no controle dos recursos regionais, sob a lógica da ecologização monetária dos recursos amazônicos.

**Palavras chaves:** amazônia. ambiente. proteção. territorialização. capital.

**Recebido:** junio 2017

**Abstract:** This paper reveals the basis of space formation of Areas under environmental protection and surrounding areas in the Estate of Acre, Brazil, facing its possibilities and ways of use. Looking forward the possibility for a diagnostically comprehension of the “biodiversity and environmental management”, without dismissing the richness of the regional social formation. In this way we present the organization of data which makes possible the identification, characterization and analysis of protected areas and its surroundings as territories of protection, without denying its history as produced spaces and, at present, as areas with diverse use possibilities of economic exploration. Taking into account that these areas of protection were once defined based on practices of traditional populations, but currently exposed to the logic of a new territorialisation of capital. Therefore, these areas are disposed to be used as big reserves for natural resources exploitation, like exploitation of timber, latex and seeds, or redirected as non-productive territories, but eligible to be sold in the market of environmental services. In this sense, we notice new articulations of world capital in the control of regional resources, under the logic of monetary ecologization of Amazon resources.

**keywords:** amazon, environment. protected. territorialization. capital.

**Aceptado:** septiembre 2017

### **As bases amazônicas que formam o espaço acriano**

A Amazônia Brasileira corresponde cerca de 61,2% (5.217.423 km<sup>2</sup>) da superfície territorial do Brasil (8.515.767,049 km<sup>2</sup>) e aproximadamente 50% do território da América do Sul, dividida entre nove países, caracterizando-se como uma das mais ricas diversidades florísticas do planeta Terra, habitada por tão complexa e ampla diversidade faunística. Assim, sua localização em zona tórrida da Terra confere-lhe climas quentes e unidos (tropical e equatorial), com exceção aos locais onde a altitude interfere a latitude, proporcionando a formação de zonas de climas temperados de montanhas (formações serranas pré-andinas e Planaltos das Guianas). Tais características torna a vida na região um desafio de convivência frente o rigor das altas temperaturas e umidade, ainda mais é agravada pelo desmatamento e ações predatórias ao ambiente natural (ACRE, 2000).

No plano Geomorfológico, suas terras se estendem por vastas planícies até as maiores montanhas brasileiras (na fronteira norte com a Venezuela e Colômbia, por exemplo), ou ainda, na parte oeste internacional com as formações pré-andinas (em territórios boliviano, peruano, equatoriano e colombiano). Esta vastidão de terras é drenada por rios que descem das áreas mais elevadas para o coração da bacia, onde formam o grande sistema hidrográfico - Solimões/Amazonas que segue rumo ao estuário na Ilha do Marajó, sua foz no Oceano Atlântico. Nisto residiu a importância das hidrovias a origem da ocupação, seja com os povos autóctones e/ou depois pelos avanços hispânicos ou luso-brasileiros expropriando aos nativos. Nota-se então o papel da rede hidrográfica como delineadora da formação socioespacial que se projetou, inclusive, nas localizações das cidades e povoados. Estas características justificam o longo tempo que a região permaneceu, do ponto de vista socioprodutivo, pouca ocupada, exceto ao vale central por onde drena o Rio Amazonas.

Com a descoberta das reservas de certos recursos naturais (por exemplo, o potencial produtivo da floresta, sobretudo, da borracha natural) esta situação se mudaria, começando a expansão pelas áreas de médios e altos cursos dos afluentes que distavam ao grande vale central. Foi como parte desse processo expansionista em busca desses recursos, se iniciou a formação do Acre<sup>1</sup>. Terras estas situadas em trechos de médios e altos cursos dos rios da margem direita do Solimões/Amazonas, drenando áreas ricas em espécies da *hévea brasiliensis* – a seringueira – fonte produtora da borracha natural. Isso, sob a lógica da incorporação de espaços produtivos à centralidade brasileira, o Acre, surgiu de uma “invenção criativa”, sob a égide do mercado de produção da borracha, por força do capital industrial sediado no exterior. Portanto, como criador de condições artificiais de produção, o capitalismo mundial já intervinha na região desde os finais segunda metade do século XIX.

### **A formação econômica e territorial acriana**

A partir destes apontamentos, pode-se afirmar que na formação e caracterização ambiental do Estado do Acre, essas áreas sempre foram espaços ocupados por populações nativas e, depois, por forças econômicas e sociais externas, numa expansão do Brasil

<sup>1</sup> Cabe explicar que o Acre foi anexado ao Brasil em 1903 (Tratado de Petrópolis), sendo reconhecido como Territorial Federal da República Federativa do Brasil, a qual exercia o governo por nomeação. Apenas em 1962, o Acre ganharia autonomia política sendo elevado a categoria de Estado e passando a ter uma Constituição própria (subordinada a Constituição Nacional).

perante a demanda pela borracha natural, pós-meados do século XIX (ALLEGRETTI, 1994; ACRE, 2000; ACRE, 2010; SILVA, 2015). Eram terras situadas entre o vale dos Rios Javari e Rio Beni e que, pertencia aos países hispânicos vizinhos e, que sua localização nos mapas da América do Sul era dada como “*tierras non descubiertas*”. Tratava-se de áreas limítrofes com a Bolívia, Peru e o estado brasileiro do Amazonas – uma vasta planície habitada por população indígena de dois troncos linguísticos: Panos e Aruak (CALIXTO, SOUZA E SOUZA, 1985).

Assim, as terras acrianas se caracterizavam por uma vastidão espacial com formações colinosas de altitudes modestas, variando de 120 a 300 metros, excetuando-se a parte do extremo oeste, onde ocorre a formação da Serra do Divisor (que se caracteriza como formação pré-andina) e atinge altitudes de até 600 metros. Toda esta área está coberta pela densa e diversificada floresta, podendo ser classificada em dois domínios fitoecológicos predominantes: as “florestas ombrófilas abertas” e as “florestas ombrófilas densas”, ambas com amplas variedades e espécies (ACRE, 2000).

Sua rede hidrográfica é trecho de altos e médios cursos dos afluentes do Rio Solimões/Amazonas em sua margem direita nas bacias hidrográficas: Juruá e Purus. Porém, na parte do extremo leste há alguns afluentes do Rio Madeira que drenam áreas limítrofes com a República da Bolívia e com o estado de Rondônia. No tocante ao uso destes cursos fluviais, por serem de médios e altos cursos, nem todos os rios suportam a navegação de grande porte o ano inteiro; a isto se soma a direção sul-norte da rede hidrográfica acriana, em que os rios principais se unem já em território amazonense. Tais características dificultam a ligação interna destas bacias, inviabilizando a integração e circulação de pessoas e mercadorias por vias fluviais (ACRE, 2000).

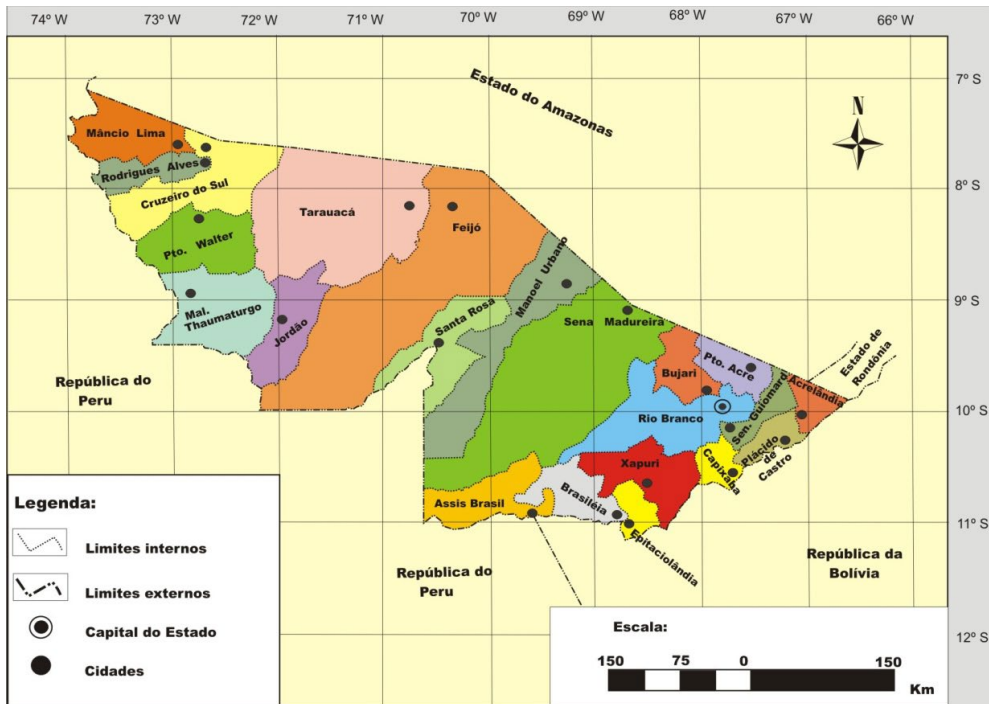
Situado em zona tropical, com as já referidas características geográficas, no tocante as condições climáticas as terras acrianas, possuem uma estação chuvosa (novembro a abril) e outra seca (maio a outubro) e, com pouca variação na temperatura que oscilam quase sempre acima dos 25° centígrados. Isto se excetua com os fenômenos das “friagens”, ou seja, quando no inverno do hemisfério sul a Massa de Ar Polar Atlântica atinge a região sul da Amazônia, podendo a temperatura esporadicamente cair até 15° ou 16° centígrados por alguns dias (ACRE, 2000; SILVA, 2015).

Sua localização política caracteriza-se por estar no sudoeste da Amazônia Legal, limitando com as Repúblicas do Peru e Bolívia ao oeste e sul, com o Estado do Amazonas ao norte e com o Estado de Rondônia a leste. Internamente, caracteriza-se por duas mesorregiões e cinco microrregiões geográficas, comportando num total de vinte e dois municípios, conforme apresentados nos Quadro 01e Figura 01:

**Quadro 1:** Municípios acrianos por mesorregiões e microrregiões geográficas

<b>Mesorregião geográfica</b>	<b>Microrregião geográfica</b>	<b>Municípios</b>
<b>Vale do Acre</b>	Rio Branco	Rio Branco
		Bujari
		Porto Acre
		Capixaba
		Senador Guiomard
		Plácido de Castro
		Acrelândia
	Sena Madureira	Sena Madureira
		Manoel Urbano
		Santa Rosa do Purus
	Brasiléia	Brasiléia
		Xapuri
		Epitaciolândia
Assis Brasil		
<b>Vale do Juruá</b>	Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul
		Mâncio Lima
		Rodrigues Alves
		Porto Walter
		Marechal Thaumaturgo
	Tarauacá	Tarauacá
		Feijó
		Jordão

Fonte: Silva (2015).



**Figura 01:** Estado do Acre – Divisão política municipal.

Fonte: Acreb, 2010. Redesenhado por Silvio Simione da Silva, 2014.

No tocante a sua formação territorial, pode-se dizer que a presença da seringueira (hevea Brasiliensis) justificou a rápida ocupação regional dessa área no passado. É nisto que este território foi palco de ampla expansão de frentes demográficas do Brasil, apropriando-se da região e integrando-a ao sistema de exploração da economia capitalista mundial, como periferia produtora de matéria-prima fundamental a industrialização do século XIX. Assim, com as instalações dos seringais, iniciava-se a ocupação da região, sob base econômica que articulava desde a “colocação” nas florestas – núcleo produtivo, com as empresas mantenedoras da exploração dos recursos, sediadas em Belém e Manaus, mas vinculadas ao capital industrial da Inglaterra e EUA (“o sistema de aviamento”) (TOCANTINS, 1979).

Em situações economicamente diversas, o extrativismo seguiu por quase um século de ocupação (desde 1870/80 até por volta de 1960) como o principal setor de produção de riquezas. A atividade agricultável e pecuária, embora existisse, tinha pequeno papel socioeconômico. Somente após da década de 70 do século XX, já no Acre Estado (isto, pois até 15/06/1962 era apenas um Território Federal), foi que se teve entrada mais forte de frentes demográficas e econômicas do Centro-Sul do Brasil, com a ampliação da agropecuária. Isso resultou que, neste início do século XXI, a pecuária já se coloca como um dos principais produtos da economia acreana.

Estas mudanças, pós 1970, logicamente geraram amplos impactos sobre a formação natural da região e também sobre a população que vivia na/da floresta. Os conflitos pela

terra se ampliaram. O aumento do desmatamento levou grandes danos ao ambiente natural amazônico-acriano. Então, seria assim que ao reivindicar seus territórios, os seringueiros travaram uma luta também pela manutenção da floresta; mas a luta não era pela floresta em si, mas a floresta para si como espaço de vivência.

### **A ocupação humana seus efeitos sobre os ecossistemas amazônico-acrianos**

Pode-se notar que as transformações nos setores produtivos recentes, têm produzido fortes impactos com significantes efeitos por ações de degradação aos ecossistemas naturais. Com isso têm surgido alguns “ecossistemas emergentes” o que, conforme o pesquisador Irving Foster Brown (da *Woods Hole Research Center*, em fala ao Blog Ambiente Acreano), no Acre há pelos menos três “ecossistemas emergentes” em amplo processo de formação: 1) – pasto com gramas africanas; 2) – florestas danificadas pelas queimadas; 3) – ecossistemas fluviais com mata ciliar ausente (BROWN, 2006). Tem-se, contudo de considerar que há a manutenção de vastas áreas com seu ecossistema natural; mas também, que a ação antrópica proporciona a formação de novos ambientes em que o (re) equilíbrio da vida ainda não está totalmente recomposta.

Contudo no âmbito geral, tomando o Estado Acre como referência, originalmente, pode-se dizer que este caracterizou-se pela constituição ecossistêmica natural de floresta na sua quase totalidade da superfície territorial (possui 0,04 % tem formação natural de cerrados, ou melhor, de campinaranas – vegetações relíquias remanescentes de outros momentos da formação ambiental regional). Esta formação, contudo, combina uma diversidade de tipos de floresta densa ou aberta, com diversos espécimes vegetais de arbóreas, bambuais, palmeirais. Tanto num domínio como noutra, a grande variedade florística se deve a qualidade pedológica, demonstrando-se a fortaleza e a fragilidade de ambientes que vivem em plena articulação com os fatores bióticos e abióticos na dinâmica da natureza (ACRE, 2010).

Esta situação se repete também com a fauna diversa que povoa área. Cabe salientar que esta variedade está composta por ampla fauna terrestre e também grande variedade aquática. Por tudo isto, esta porção oeste da Amazônia é considerada como área que deve ser prioritária para a conservação ambiental dado esta diversidade e os poucos conhecimentos já obtidos (ACRE, 2000; SILVA, 2015).

Porém, já nos dados de 2010 (ACRE, 2012) já se notava percentuais acima do 12,0% de áreas desmatadas no Acre. Isto, contudo, com grandes variações por município e microrregiões, sendo que as áreas do Vale Juruá (cerca de 5,6% de áreas desmatadas) apresentavam menores percentuais de áreas desmatadas de que o Vale do Acre (cerca de 25,1% de áreas desmatadas). Percebe-se que já há uma ampla expressão do desmatamento, com uso do solo para a agropecuária ou mesmo em processo de formação secundária, no Vale do Acre. Porém, numa média geral ainda há cerca de 87,4% do território propício para fins de usos florestais.

### **O uso de espaço sob a lógica ambiental**

Ressalta-se que a lógica do mercado, com a integração do espaço amazônico em nível mundial, tem levado esta região a ser vista como reserva de recursos inesgotáveis. Isto é uma visão equivocada, dado que após as três últimas décadas do século XX,

as situações impactantes têm se agravados perante o uso desenfreado dos recursos regionais.

No Estado do Acre, as áreas desmatadas se concentram em pontos específicos, sobretudo, ao longo das rodovias, na sua porção territorial mais oriental. Por outro lado, há ainda grande expressividade de ecossistemas naturais com suas formações florestais diversas em todo o território estadual. Assim, no conjunto, tem-se a seguinte configuração ecossistêmicas (Quadro 02).

**Quadro 2:** Ecossistemas dominantes no Acre

No.	Ecossistemas Emergentes	Ecossistemas naturais
1	Áreas de produção de monoculturas	Áreas de florestas Abertas
2	Áreas de pastagens artificiais	Áreas de florestas densas
3	Áreas de lavouras perenes	Áreas de campinaranas
4	Açudes e cursos d'águas intermitentes	Áreas fluviais e lacustres
5	SAF (Sistemas Agroflorestais)	Áreas de capoeiras
6	Reflorestamento	
7	Micro-ecossistemas urbanos	

Fonte: Silva, 2015.

Nos Ecossistemas Emergentes, nota-se a formação espaços mais artificiais, em áreas de antigas florestas já desmatadas. São áreas destinadas a produção agropecuárias, agrícolas, agrossilvicultura e até mesmo aquelas voltadas para a formação urbanas.

Nota-se que os ecossistemas naturais apresentam diversidades conforme sua formação original. O importante é que em todos os aspectos postos são ambientes em que se resguarda a formação natural, sendo a floresta predominante. A fauna subsiste largamente associada a condição específica de cada ambiente e sua disponibilidade de alimentos (SILVA, 2015).

Ademais, pela permanência ou recriação gradual do ambiente natural, estes ecossistemas refletem um grande reservatório de carbono, sobretudo pelo amplo manto de biomassa que cobre os solos florestais. Em tal composição se manifestam pontos que levam ao equilíbrio das condições da qualidade química do solo, em estreita relação com cobertura vegetal que sobre eles se formam. Daí a aplicabilidade da prerrogativa do Prof. Harald Sioli (1985), quando apresenta a floresta Amazônica como uma formação “luxuriante que se constitui sobre um solo pobre”, embora não se possa generalizar. Por isto, é preocupante as ações que levam a liberação desta massa de carbono (pelas queimadas, p.e.) para a atmosfera (CO<sub>2</sub>). Isto, certamente, faz agravar os efeitos sobre as condições climáticas da Terra (p.e. o “efeito estufa”), inclusive, com reflexos sobre as próprias vidas destes ecossistemas regionais amazônicos.

Com isto, pode se dizer no Estado do Acre situam-se áreas que detêm parte dos maiores reservatórios de carbono amazônico. Toda a preocupação com o bom uso deste material residirá no fato de que há mais carbono armazenado no solo de que na atmosfera. As queimadas, por exemplo, podem levar a gradativa inversão desta



situação (IBGE, 2011, p.1). Contudo, se usados de modo correto, a existência deste reservatório pode se um amplo potencial econômico e ambiental e não um problema. Há potencialidade destes recursos para ação efetiva no mercado, mas também no fortalecimento de bases para viabilizar a produção de setores agrícolas, agroextrativistas e de agrossilviculturas. Vê-se que o uso produtivo aqui apontado pode vir como formas mais adequadas, consolidando as bases produtivas (agrícolas, extrativas, agropecuárias) locais para o desenvolvimento estadual. Isto se vê perante a situação em que o mercado de carbono é feito por investimentos que são flutuantes; por isto instável e de (re) localização facilmente mutável no mercado mundial. É nisto vemos as fragilidades destes mecanismos de mercado. Já nos “ecossistemas emergentes”, notam-se amplo processo de artificialização do ambiente natural, para um ambiente recriado, a modo das conveniências sociais e econômicas que o reproduz. Assim, as formações de novos ecossistemas, associam-se à mudança no uso da terra para atividades agropastoris, agrossilviculturas ou agrícolas. Nas áreas de pastagens e lavouras intensivas recriam ambientes pobres em diversidade vegetal, o que torna um limite para a retomada e o desenvolvimento da vida animal nativa. Isto, ao passo que o reflorestamento e formação de SAFs (Sistemas agroflorestais) reconstituem, parcialmente, áreas com maior diversidade nas quais se pode recriar ambientes que suporte uma fauna mais expressiva em face da gradativa resiliência do ambiente emergente. Esses ambientes artificializados, porém, reconstruído de acordo às conveniências econômicas, mercantis e de auto-sustentação, são fundamentalmente responsáveis por grande parte do que se produz, para além do extrativismo, no Acre (SILVA, 2015). Ressalta-se que na formação econômica e territorial do Acre, desde início até a atualidade, o potencial da floresta sempre foi um marco decisivo na implantação das bases econômicas de exploração. Este contato com a floresta, como o trabalho e a convivência, foi mediado pela ação do capital e pelo reconhecimento de alguns usos feitos pelos povos nativos que aqui já viviam. Este contato com a população nativa, contudo, foi impactante. Os indígenas que habitavam a região apresentavam uma grande diversidade cultural e linguística. Por isto, a chegada de frentes e ocupação externas em diversos momentos históricos foi desastrosa para estes povos, dado que por não responder a escala de exploração postos pelas forças externas, esses indígenas foram sendo dizimados (ACRE, 2009). Isso fez que esta população, no ano de 2014, chegasse a pouco mais dos 16.000 habitantes; isto é, algo próximos aos 6,40% do que se estima que fora no início a ocupação deste território.

Contudo, essa população atualmente compõe-se de quinze povos, vivendo em terras indígenas (TIs). Estas são consideradas como parte do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP. As áreas “totalizam 14,55%” do território acriano (2.390,12 km<sup>2</sup>. No tocante ao modo de uso do espaço vivido nas TIs, conforme expresso no ZEE/AC (Id *ibid*, p. 217), estas terras com suas gentes, “encontram-se [...] em diferentes situações, como frutos das formas específicas de organização dos povos que ali habitam, de sua localização e das políticas de governos das quais foram, e continuam a ser objeto”.

Nota-se em tudo isto que as bases para a exploração de recursos podem apresentar grandes variabilidades entre os lugares e entre os povos que o habitam. Contudo, os Territórios Indígenas sempre serão locais privilegiados para usos mantenedores da biodiversidade local, dado que são áreas da União em que não há a instituição de propriedade privada.



## **A biodiversidade: avanços e contradições no uso ecossocial dos territórios ambientais**

Na atualidade, tratar da biodiversidade nos leva a reconhecer que a Amazônia, macrorregião em que situa o Estado do Acre, é sem dúvida a maior reserva natural do mundo tropical. Nela as condições de alterações pedológicas e geomorfológicas são dadas pelas transformações na paisagem florestal providas pelos desmatamentos e avanço de atividades vinculadas ao agronegócio e de extrativismos vegetais e minerais. Isto promovem, também, grandes variações paisagísticas propiciando especificidades de ecossistemas emergentes com formação de como pastagens e matas secundárias.

Conforme Ab`Saber (2002, p.7), tomando-se pelas especificidades de “suporte ecológico e padrão de biodiversidade” podem ser vistos em três seguimentos: a) - Ecossistemas contrastados de “terras firmes” (tipo enclaves de cerrados, ilhados no meio das grandes matas), somente explicáveis pela Teoria dos Refúgios; b) Diferenciações intra-florestais, pela presença de manchas de areia branca em terraços, várzeas e interflúvios arenosos, ou pela demorada presença de água de transborde em planícies de rios sujeitos a fortes oscilações de nível (tipos *campinarana* e *campinas*, e tipo *igapó*); e, C) Ecossistemas extremantes localizados, originados por mini-refúgios nas paredes de “pães-de-açúcar” e lajedos, ou seu entorno; ou ocorrentes em íngremes barrancas de abrasão fluvial, atualmente sujeitas a (re) florestamento. A isto somam-se os ecossistemas emergentes, frutos da ocupação recentes das terras florestais, como antes referidos.

Sabe-se que o território acriano situa-se predominantemente interno a Bacia Sedimentar Amazônica. Neste sentido, com um relevo modesto e raras formações cristalinas, há forte predomínio dos dois primeiros seguimentos ecossistêmicos. O terceiro tipo apenas pode aparecer nas formações serranas na divisa oeste com a República do Peru. De modo geral, no Acre a floresta é soberana em quase a totalidade da formação natural dos ecossistemas locais (excetuando as áreas de campinaranas, como antes mencionado). Há, mesmo assim, grande diversidade biológica na formação dos ambientes locais, conforme explicou Souza *et al* (2003, p.46-47):

“A alta diversidade biológica no Estado do Acre pode ser resultante da interação de um conjunto de fatores bióticos e abióticos, como: origem e história geológica da região; mudanças climáticas no passado; mecanismos de geração dessa diversidade ao longo do tempo; heterogeneidade ambiental; características das condições climáticas atuais (pluviosidade, umidade, temperatura e sazonalidade).”

Cabe reafirmar que a região acriana, historicamente, sempre foi ambiente de florestas habitadas, também por grupos humanos: originalmente os indígenas e depois pelos seringueiros. Assim, pode-se dizer que a definição de territórios que permitam assegurar a permanência desses modos de vida em sua interação com o ambiente, assegura também continuidade e permanência de muitos ecossistemas e de sua biodiversidade, sob um uso adequado para os grupos humanos que vivem no local.

No Acre, os indígenas, ao longo de sua vivência florestal e com os seringueiros chegados posteriormente, desenvolveram formas diversas de uso destes espaços. Contudo, considera-se que a falência dos seringueiros mexeu também com a base da

organização indígena, visto que alguns povos já eram extratores de borracha. Por outro lado, recentemente, as influências das estradas e das práticas agropecuárias perante a necessidade de renda têm feito que em muitas TIs começassem a ocorrer a formação de áreas de pastagens e a criação bovina. Com isto, teve-se como consequência a instalação de algumas práticas predatórias dentro das TIs, “[...] feito pelas famílias para a subsistência e comercialização” (ACRE, 2010, p. 218).

Salienta-se que estas mudanças ainda estão em cursos, porém já há a introdução de formas capazes de recuperar mais adequadamente e de organizar os sistemas produtivos. Com isto, já por volta de 2010, havia 21 associações indígenas no Acre, que com ajuda de financiamentos de agências diversas (agências humanitárias, embaixadas etc.) estão desenvolvendo “atividades econômicas e de gestão territorial, capacitação de recursos humanos locais, educação bilíngue e de fortalecimento cultural” (ACRE, 2010, p.218).

Como base deste apoio se teve introdução do Agente Florestal Indígena – AAFI que assumiu o papel liderança na organização social e política das aldeias. Então, multiplicaram os cursos de formação para a produção, sob a ótica da educação ambiental, da autossustentação e do mercado, possibilitando melhorias nas práticas de lavouras, na introdução de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e, na fiscalização das TIs no apoio a implementação de atividades de manejo e criação de animais silvestres (ACRE, 2010). Enfim, estes agentes estão trazendo ações que contribui para que as experiências indígenas com a biodiversidade sejam resgatadas e fortalecidas; porém, ao mesmo tempo, vincula-se a maior dependência do mercado e proporciona condições para surgimento de conflito entre o modo de vida tradicional e os novos ritmos de vida que vai sendo postos por estas novas intromissões externas aos seus territórios (SILVA, 2015).

Com relação às áreas não indígenas, nas últimas décadas do século 20, teve-se fortes ações no sentido da garantia do território. Essas lutas dos seringueiros pelos seus espaços de vivência, indiretamente traziam para a ordem do dia a questão da manutenção da floresta. Claramente, o que estava em jogo era o uso da floresta como espaço de vida e não a dimensão de uma luta ecológica, como se dizem na atualidade. A dimensão ecológica se inseria transversalmente, isto dado pelas práticas socioprodutivas dos seringueiros que eram por sinal, ecologicamente mais adequadas de que as formas de uso da terra que estava sendo posto pelo avanço da pecuária (SILVA, 2015).

Destes movimentos o saldo maior foi a criação dos PAEs – Projetos de Assentamentos Extrativista, RESEX – Reservas Extrativistas, e mais recentemente, já como políticas do Estado, outras modalidades de usos e regularização fundiária como o PDS – Projetos de Desenvolvimentos Sustentável, PAF – Projeto de Assentamento Florestais, e o PE – Polos Agroflorestais. Há ainda de se considerar que houve uma multiplicação das áreas legais de proteção ambiental – Unidades de Conservação – UCs (ACREb, 2010).

Nestes ambientes, conforme Acre (2010) apesar de ainda haver ações predatórias a partir da última década do século XX, várias experiências de práticas mais saudáveis para com a biodiversidade têm sido introduzidas. Destaca-se: o manejo (comunitário e empresarial), introdução de SAFs, controle do fogo e das derrubadas, coletas de produtos fitoterápicos, recuperação de áreas com leguminosas e, do desenvolvimento de atividades não agrícolas no espaço rural.

É neste sentido que o ZEE/AC (ACRE, 2010) trouxe no seu conjunto, um plano de

uso diferente para os recursos regionais da floresta. Porém este vem por uma ótica do desenvolvimento proposto pelos interesses viabilizadores da região como produtora de mercadorias, sob a lógica ecologizada do capitalismo (“esverdeamento” da mercadoria). Assim apesar de incipientes resultados apresentados, é a flexibilidade cada vez maior de uma “gestão” do mercado sobre os usos possíveis da floresta, paralela a maior abertura a expansão de atividades mais mercantilizadas como a agropecuária e o extrativismo madeireiro que comanda a economia local.

No tocante a agropecuária, basicamente estas áreas se concentraram mais na parte leste do estado, onde várias estradas vicinais e rodovias estaduais e federais foram implantadas. Então, há os dois grandes eixos da expansão da atividade agropecuária sempre partindo das rodovias federais: o Eixo da BR-317 que sai da cidade amazonense de Boca do Acre e vai até a cidade acriana de Assis Brasil (na fronteira com o Peru) – se concentrou as áreas de maior transformação no uso do solo pelas décadas de 1980/90; já o eixo da BR-364 que vem de Rondônia segue até o oeste acriano, neste período foi atingida mais intensamente até a cidade de Sena Madureira; a partir da década de 1990, então com as melhorias nas condições de tráfego do trecho até Cruzeiro do Sul há maior intensificação da pecuária também nestas áreas centrais e oeste do estado.

Com a ampliação das áreas de pecuária e os novos tipos de usos do solo e dos recursos florestais e hídricos e muitos conflitos são suscitados pós 1970. Estes conflitos se consolidaram como ações de resistências, ao ponto de gerar modelos de legalização das situações fundiárias vividas mantendo as bases condicionais de vivências locais. São neste ímpeto que a proposta das Reservas Extrativistas é construída e que surgiram as bases para outras modalidades que viriam ser criadas visando à manutenção do modo de vida na floresta, mas também para implantação de projetos de assentamentos diversos.

Assim, as reservas extrativistas irão se juntar a outras modalidades de uso da terra para a conservação/preservação., vinculadas ao SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Na referida lei, no seu artigo 2, entende-se Unidades de Conservação – UC, como o espaço territorial e seus recursos ambientais legalmente instituído pelo Poder Público, objetivando a conservação e os limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2002). Como consequência os problemas agrários existentes gradativamente vão se transmutando em problemas eco ambiental.

Dentro da perspectiva de conservação, as UCs poderão ser classificadas pelo uso direto ou indireto. De uso indireto são aquelas que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, não comportando habitantes permanentes; e, uso direto refere aqueles tipos que envolvem a coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais sempre em modos sustentáveis dos recursos pelos moradores já existentes, garantido a perenidade por renovação dos ecossistemas explorados. A área de entorno das UCs é também chamada de “zona de amortecimento” (SNUC, 2002). São faixa de transição de modos de uso do solo entre a preservação, conservação e usos produtivos diversos externos já saindo do entorno.

No Acre, conforme ZEE/AC (ACRE, 2010) o Sistema Estadual de Áreas Protegidas (SEANP) foi criado em 2001. São 21 UCs, sendo federais e estaduais. Estas se distribuem por modalidade e quantidade: 5 RESEX – Reserva Extrativista; 1 PARNA – Parque

nacional; 3 FLONA – Floresta Nacional; 4 FE – Floresta Estadual; 2 PE – Parque Estadual; 1 Parque Natural Municipal de Epitaciolândia; 1 ESEC - Estação Ecológica; 1 ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico; e, 3 APA – Áreas de Proteção Ambiental;

No plano das áreas não protegidas, segundo o ZEE/AC (ACRE, 2010, p. 114), no Acre, atualmente há uma área de 19.558,71 km<sup>2</sup> ocupada por Projetos de assentamentos, em diversas modalidades. Nesta área um total de 21.044,00 de famílias que foram assentadas, embora a capacidade de assentamentos fosse de 26.174,00 famílias (até 2010). Este total da superfície representa 9,81% das terras acrianas, o que aponta para o percentual do estado destinado a produção familiar agrícola, como parte das transformações que ocorre desde a década de 1970.

Ademais como políticas de ordenamento do território rural, após 1990 ampliou-se o espaço ocupado por assentamentos, assim especificado já desde 2010: 5 PAD – Projeto de Assentamento Dirigido; 65 PA – Projeto de Assentamento; 6 PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável; 12 PE – Projeto de Assentamentos Estaduais em Polos Agroflorestais e Hortifrutigranjeiros; 3 PCA – Projeto Casulo; 3 PAF – Projeto de Assentamento Agroflorestal; 11 PAE – Projeto de Assentamento Extrativista; e, 2 PAR - Projeto de Assentamento Rápido.

Cabe reforçar o entendimento que no conjunto das ações de assentamentos do INCRA algumas modalidades de Projetos trouxeram nos seus propósitos a questão da conservação ambiental. Referimos aos Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAE, os Projetos de Assentamentos Florestais – PAF, e, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS. A diferença das propostas é que no conjunto do SNUC há a centralidade nas formas conservacionistas; ao passo que nas modalidades implantadas pelo INCRA há o assentamento de famílias externas com aptidão para a atividade agroextrativa ou agropecuária, sob ações de políticas de desenvolvimento agrário.

No sentido de facilitar o trato com estas situações que a partir de 1999, começou efetivamente um trabalho de estudos para o Zoneamento Ecológico e Econômico do Acre. Já como fruto do ZEE/AC (ACRE, 2010) existe vários programas em andamento sendo, em geral são produtos de ações financiadas pelo governo Estadual e/ou Federal; por agências financeiras (como o BASA, BNDES, BIRD); pelas agências de colaboração internacional em especial o SPRN (Subprograma Políticas de Recursos Naturais) – que é um programa setorial do PPG7. Assim, volta-se ao fortalecimento de órgãos estaduais na gestão ambiental, num modelo subordinado a lógica do capital mundial com o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Cabe acrescentar que este recebe apoio técnico e financeiro também do Banco Mundial, KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*), GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), DFID (*Department for International Development*) e União Europeia (ACRE, 2010).

### **Áreas Protegidas (AP), processos de constituição e conflitos socioambientais**

Conforme Miranda e Sant’Anna, (2010, p.2) a criação de áreas de proteção (APs) na Amazônia remonta a década de 1970 como fruto dos movimentos indígenas e da luta dos seringueiros pela garantia de suas terras. Soma-se também, na década de 1980 o

encontro de lutas ambientalistas mundializadas com os movimentos sociais localizados na Amazônia. Por outro lado, numa dimensão mais cronológica dos fatos, pode-se dizer que o sistema de conservação ambiental no Brasil iniciou-se com a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Esta regulamentava o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)<sup>2</sup>. Esta Lei estabeleceu os critérios e normas gerais para a implantação e funcionamento das UCs (Unidades de Conservação) no Brasil.

Desta forma, por este sistema as Unidades de Conservação passaram a ser caracterizadas em duas modalidades: as áreas de Proteção Integral – onde se prioriza a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto do espaço e de seus recursos naturais, para pesquisa científica ou visitação com restrição de intensidade e finalidade; as áreas de Proteção parcial ou de Uso Sustentável - onde se busca compatibilizar a conservação dos recursos e do solo, com formas de uso direto por populações da floresta, considerando princípios de sustentabilidade em suas práticas sociais e econômicas (ISA – IMAZON – ICV, 2009).

Conforme Allegretti (1994) citado por Miranda e Sant’Anna (2010, p.2) cabe salientar ainda que em “em 1987, o Programa Nacional de Reforma Agrária incorporou a proposta, que recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista” (PAE). Assim, foi implantado os primeiros PAEs no Acre e, dois anos depois, “o Programa Nacional de Meio Ambiente também incorporou a proposta, sendo denominada Reserva Extrativista, então sob a responsabilidade do IBAMA”. Isto veio sob forte apelo mundial em função da morte do Sindicalista Chico Mendes (fato ocorrido em 1988, em Xapuri), no Acre seria criada, em 1990, a primeira Reserva Extrativista (RESEX). Esta recebeu o nome de RESEX-Chico Mendes, dado pelo “decreto 99.144, em homenagem ao líder seringueiro [...]”. A partir de então várias outras unidades de conservação têm sido criadas no Acre, chegando a 2012, a ocupar cerca de 47% das terras estadual.

Com referência a TI, segundo a FUNAI (2007) como referido em Miranda e Sant’anna (2010, p.2), no Acre apenas em 1975 seriam iniciadas as atividades da Fundação Nacional do Índio. Isto data o momento que se começaram os primeiro estudos para se ter efetivamente bases às ações para o atendimentos às reivindicações destes povos, no Acre. Assim, de modo geral, podemos dizer que com o reconhecimento das terras, os povos indígenas tiveram assegurado seus territórios. Porém, a garantia das condições de sobrevivência nestas áreas, serão sempre motivos de suas lutas contínuas.

Ademais, já com a FUNAI, a Lei 6.001 – Estatuto do Índio, que foi posto a partir de 1973 iria dar as primeiras definições das terras indígenas. Porém, seria a Constituição de 1988 que viria dar base para a conformação do modelo das Terras Indígenas. Nestas áreas, a União garante o direito do pleno usufruto da terra a estes povos, sendo que elas constituem patrimônio nacional brasileiro. Cabe salientar que aqui se admite que ao longo do período que se seguiu (décadas de 1970-80) que estudos diversos procuram dar bases legais para se regularizar doze unidades de terras indígenas (das 28 até então reconhecidas). Porém, apesar destes processos, no que se refere aos povos que

<sup>2</sup> Cabe ressaltar, conforme Diegues (2001) que o modelo de unidades de conservação no Brasil segue, em parte, a lógica organizativa das áreas naturais norte-americana do Parque Yellowstone, criado em meados do século XIX.

habitavam o Acre, neste período houveram poucos avanços, embora seja aí que se começaram as ações mais efetivas para tais regularizações (ACRE, 2000)<sup>3</sup>.

Conforme o documento do ZEE/AC – segunda fase, as terras indígenas parte do SEANP – Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas. Somam 14,55% do território estadual, sendo que em 2010 já haviam uma maioria regularizada e algumas, ainda em processo de regularização (Quadro 03 e 04). Suas condições “encontram-se hoje em diferentes situações, como fruto das formas específicas de organização dos povos que ali habitam, de sua localização e das políticas e governo das quais foram, e continuam a ser, objeto” (ACRE, 2010, p.217).

**Quadro 3:** terras indígenas por mesorregião geográficas - Vale do Acre

<b>Terras Indígenas</b>	<b>Município</b>	<b>Povo</b>	<b>Extensão (ha)</b>	<b>Situação Jurídica</b>
Cabeceira do Rio Acre	Assis Brasil	Jaminawa, Manchineri	78.513	Concluído
Mamoodate	Assis Brasil	Manchineri, Jaminawa,	313.647	Concluído
Jaminawa do Guajará	Assis Brasil	Jaminawa	***	Identificação/ Delimitação
Manchineri do Seringal Guanabara	Assis Brasil	Manchineri	***	Identificação/ Delimitação
Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira	Jaminawa	***	Identificação/ Delimitação
Alto Purus	Santa Rosa do Purus	Huni Kui, Kulina	263.130	Concluído
Kulina e Jaminawa do Chambuiaco	Santa Rosa do Purus	Kulina, Jaminawa	***	Solicitação de Identificação
Riozinho do Alto Envira	Santa Rosa do Purus	Isolados, Ashaninka	130.435*	Declarada/ Demarcada

Nota: \* A TI inteira mede 260.970 ha nos municípios de Feijó e Santa Rosa do Purus. Não se dispõem de extensão por município. Este valor é estimado; \*\*\* Sem identificação da extensão territorial.

Fonte: FUNAI/Acre (2012); reorganização: Silvio S. da Silva, 2013.

<sup>3</sup> Há, porém que se considerar que apesar do respaldo social, o sentido da luta dos povos indígenas provém de uma base antropológica que sustenta suas conquistas territoriais. Na lógica geográfica da questão se pode dizer que para os indígenas suas lutas têm forte significado espacial: “a terra para os povos indígenas é o lugar onde se pode ser gente por inteiro, onde se pode viver comunitariamente a cultura, as crenças e tradições” (MAGALHÃES, 2002, p.9).

**Quadro 4:** terras indígenas por mesorregião geográficas - Vale do Juruá

<b>Terras Indígenas</b>	<b>Município</b>	<b>Povo</b>	<b>Extensão (ha)</b>	<b>Situação Jurídica</b>
Riozinho do Alto Envira	Feijó	Ashaninka/ Isolados	130.435*	Declarada/ Demarcada
Jaminaua/Envira	Feijó	Ashaninka	80.617	Concluído
Kampa e isolados do Rio Envira	Feijó	Ashaninka	232.795	Concluído
Kulina do Igarapé do Pau	Feijó	Kulina	45.590	Concluído
Kulina do Rio Envira	Feijó	Kulina	84.364	Concluído
Nova Olinda	Feijó	Huni Kui	27.533	Concluído
Seringal Curralinho	Feijó	Huni Ku	***	Identificação/ Delimitação
Katukina/Kaxinawá	Feijó	Shanenawa, Huni Kui	23.474	Concluído
Alto Tarauacá	Feijó	Isolados	71.309**	Concluído
Kulina do Igarapé do Caucho	Tarauacá	Huni Kui	12.318	Concluído
Kampa do Igarapé Primavera	Tarauacá	Ashaninka	21.987	Concluído
Kaxinawá da Colônia 27	Tarauacá	Huni Kui	305	Concluído
Praia do Carapanã	Tarauacá	Huni Kui	60.698	Concluído
Rio Gregório	Tarauacá	Yawanawa, Katukina	187.125	Concluído
Kaxinawá do Rio Humaitá	Tarauacá	Huni Kui	127.383	Concluído
Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	71.310**	Concluído
Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Jordão	Isolados	***	Em estudo/ Planejamento
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Jordão	Huni Kui	8.726	Concluído
Kaxinawá do Alto Rio Jordão	Jordão	Huni Kui, Katukina	87.293	Concluído
Jaminawa do Igarapé Preto	Rodrigues Alves	Jaminawa	25.652	Concluído

Fonte: FUNAI/Acre (2012). Reorganização: Silvio S. da Silva, 2013.

Nota: \*A TI inteira mede 260.970 ha nos municípios de Feijó e Santa Rosa do Purus.

\*\*A TI inteira mede 142.619 ha nos municípios de Tarauacá e Jordão. Não se dispõem de extensão por município. Estes valores são estimados;

\*\*\*Sem identificação da extensão territorial.



Em 2010, a população indígena acriana já somava um total de 15.743,00 correspondendo a cerca de 2,2%, do total da população do estado (referente ao ano de 2010) e em 2013 a 18.240 pessoas (2,4% da população estadual). Estas populações se distribuem por 13 dos 22 municípios acrianos (ACRE, 2013).

Nota-se que há maior concentração de terras indígenas no Vale do Juruá. Isto está relacionado ao processo histórico de ocupação desta região reforçado pelo isolamento dos trechos dos altos cursos dos rios. A presença indígena torna-se muito importante a tal ponto que se pode indicar que o processo de desenvolvimento destes municípios traz um forte vetor de inserção da participação da população indígena; participação esta que se dá no universo da vida política e econômica pelo fortalecimento das condições de vida dos povos das TIs.

Cabe ressaltar, no âmbito geral que há municípios que tem população indígena, porém não há TI. Isto significa que esta população vive em áreas urbanas, como é a situação dos Indígenas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Tal situação se explica dado que estas cidades como principais centros urbanos do acriano, exerce poder de atração aos fluxos migratórios também de indígenas.

### **As APs perante o SNUC e os Programas Institucionais para áreas protegidas**

No estado do Acre, pode se dizer que a consolidação de propostas locais no âmbito das políticas de conservação ambiental, teve sua origem nas lutas dos seringueiros das décadas de 1970/80. Já a lógica da ocupação e uso das terras pelos seringueiros é herdeira dos sistemas de trabalhos, nos mais de cem anos de aprendizado na floresta, inclusive com os indígenas remanescentes. Assim, passou-se a usar os recursos locais incorporando a floresta como produtora de bens uso e consumo, como também de terra de trabalho.

Esta situação começou a mudar a partir de finais da década de 1960 quando alguns seringais passaram a ser vendidos para compradores, vindos do Centro-Sul brasileiro. Então, a década de 1970, iniciava-se sobre grandes impactos, pela venda dos antigos seringais e suas graduais transformações em fazendas de grandes, médios e pequenos portes para a agricultura e agropecuária. Esta fase histórica forma aquilo que pode ser visto como avanço de uma frente pioneira agropecuária - ou simplesmente fronteira agropecuária.

Com territorialização da fronteira agropecuária ampliavam-se outras formas de uso da terra nas quais se legitimava uma negação do uso do espaço para o extrativismo anterior. Nisto, se para os seringueiros o valor da floresta estava em mantê-la em pé; para os fazendeiros e colonos que chegavam, o valor da terra era dado pela retirada da floresta e transformação em áreas de lavouras e pastagens. Portanto, aí se conflitavam também o modo de uso do solo; o que, na verdade, eram conflitos pelo uso do espaço – um espaço produzido por dezenas de anos na floresta *versus* um espaço a ser produzido sem a floresta (SILVA, 2015).

Desta forma na década e 1970, os movimentos seringueiros se fortaleceram e exigiram respeito pelo seu uso do espaço florestal, dado que negar a floresta significava negar o modo de vida do extrativista; negar sua condição existencial até o momento. Nesse contexto, a instituição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – STRs, a partir

de 1975, marcou uma etapa decisiva desta luta e de sua expressão local, nacional e internacional, inclusive, nas duas décadas seguintes.

A ideia de uma forma de legalização jurídica da terra, em que a floresta estivesse segura foi uma proposição da luta, uma vez que a propriedade jurídica não era algo fortemente requerido em tempos pretéritos nos seringais. Por isto a proposta de Reserva Extrativista, resgatou as experiências vividas e se inspirou nas situações das Reservas Indígenas, aonde a terra é da União e o usufruto é dos grupos sociais locais que já a habitavam. Isso seria marcado pela reivindicação do I Encontro nacional dos Seringueiros realizado em Brasília, com representantes dos estados amazônicos em 1985, quando nasceu o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS. Este é instituído com objetivo de fortalecer as lutas pelos seus territórios e, ao mesmo tempo, dar corpo nacional para as reivindicações que não são apenas dos acrianos

O papel das lideranças, a partir de então promove diferencial, sobretudo, tendo na vanguarda o seringueiro/sindicalista Chico Mendes. Pelas posições defendidas e a inclusão da defesa da floresta em pé como base de movimento seringueiro, Chico conseguiu dar visibilidade internacional a luta, e com isto fazer muitos aliados em meio ao movimento ambientalista/ecologista mundial. Isso claramente rendeu-lhe a condição de ser visto por muito como uma grande líder e pensador do movimento ambientalista mundial, quando na verdade, sua luta era política/social e de classe. Com o assassinato do líder seringueiro, em 1988, estas pressões dobraram (SILVA, 2015).

### **Áreas protegidas (APs) seu entorno: ameaças, conflitos, contradições e perspectivas**

No âmbito de consolidação das Áreas de proteção, as zonas de entorno seriam implantadas como um espaço de amortização às ações produtivas predatórias que situam nos arredores a APs. Entende-se que o entorno, quando tem uso do solo com grandes transformações da natureza, senão controlada pode estimular a entrada de práticas degradadoras nos territórios das APs. Para se prevenir destas situações, conforme Pineda (2012) foi criada a Lei 9985, onde se define a zona de amortecimento (ZA). Por isto, o uso e a ocupação do espaço das áreas de entorno serão estabelecidos por normatizações próprias, geralmente, em consonância com as práticas sociais produtivas internas no território da APs.

A Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010, p.1) disciplina:

Art. 1º O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua Zona de Amortecimento (ZA), assim considerados pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.

Nota-se, portanto que há um forte controle sobre as atividades implantadas nas APs. e na zona de amortecimento (ZA), para a estabilidade das APs, as ZAs. Por isto no planejamento ou ordenamento de uma área de proteção, deve-se dar importância a esta situação, objetivando contribuir para estabelecer orientações que promova apenas

atividades compatíveis com a função das áreas conservação e amortecimento. Isto, sem, contudo, levar a uma inviabilização econômica e social (GEOHECO, 2003).

Há, portanto, certos cuidados, com as atividades implantadas nestas faixas de amortecimento. No estado do Acre a maior incidência desta destas situações tem se dado com a expansão da pecuária, em patamares que vai além da base necessária para a autos sustentação da família camponesa (30 a 50 cabeças de gado *vacum*). Soma-se ainda outra atividade de grande impacto e ameaça que é a extração madeireiras, sobretudo, nas formas de extração predatórias e ilegais em áreas de faixas de fronteiras políticas (tanto em TIs, com o em áreas de UCs), como o manejo sem as devidas medidas técnicas. Na situação de invasão tem-se como exemplo, no PARNÁ Serra do Divisor no extremo leste oeste do estado – os contrabandos de madeiras retiradas ilegal por madeireiros clandestinos peruanos e brasileiros.

Sabe-se que estas práticas ameaçam a finalidade de uso das APs. Porém, elas também exercem influência nas atividades que aí se desenvolvem, pois possibilitam rendimentos que, às vezes, não se obtém nas atividades permitidas na AP que residem. Por isto, muitas ações abusivas, quase sempre têm a conivência e participação de moradores locais. Soma-se a isto, ainda a facilitação das ações de extração de recursos naturais desenvolvidos nos países vizinhos. Nota-se, então que o problema ultrapassa os limites da UC e aos limites políticos nacionais (SILVA, 2015).

Assim, tomando as UC, as TI e áreas de entornos, conforme o ZEE/AC (ACRE, 2010) há conflitos que caracterizam as situações antes apontadas. Perante tais situações, concorda-se como o referido relatório (ACRE, 2010), que o desafio maior agora está em criar equilíbrio entre os espaços produzidos diferentes e geração de renda local. Desta forma, cidade, campo e floresta, devem ser vistos como parte de um processo único que forma a realidade socioespacial em sua totalidade. Isto sem negar as funcionalidades que os especificam como territórios, em sua singularidade, mas na integração de práticas socioeconômicas e ambientais na totalidade do espaço acriano produzido.

Ressalta-se, então que apesar dos avanços conquistados no Acre, ainda há a persistência de práticas consideradas “insustentáveis” nas APs. Tais situações, muitas vezes estão associadas às ações de agentes externos, mas há também algumas atividades desenvolvidas no cotidiano dos moradores locais. Portanto, embora as potencialidades de uso das APs e entorno sejam muitas, parecem-nos que lhes faltam uma “garantia” que leve aos sujeitos que vivem nestes locais a acreditarem na estabilidade de outras atividades florestais para além da borracha e da castanha.

### **Uso das APs e entorno: articulação interna e externa dos territórios de conservação**

O estabelecimento e consumação de amplas áreas de proteção no estado do Acre, mesmo perante o avanço da frente econômica da agropecuária nas últimas décadas do século XX, garantiu a manutenção de praticamente 87% do território com sua formação natural, nesta segunda década do século XXI. Com a implementação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (ZEE/AC 1ª – 2000 e 2ª Fase - 2010), houve maior preocupação com a consolidação de uma base política para ações conservacionistas, tendo por fundamento a preservação da biodiversidade e a economia, sob um discurso de atender a dimensão social. Isto tem marcado uma real evolução no quantitativo

de áreas preservadas de modo que é possível afirmar que, antes da implantação do Zoneamento “as áreas protegidas no Acre representavam menos de 30% de sua superfície. Porém, com a criação das novas UCs, e incluindo as Terras Indígenas, o total de áreas protegidas passa a corresponder a 47,8% do estado [...]” (SOUZA et al, 2003, p.51), percentuais que permanece até o momento atual (meados da segunda década do século XXI).

Nota-se, que a base da manutenção preservada de grande parte do Estado, livre das possibilidades de ações predatórias, abre a perspectiva das UCs, junto as TIs constituírem verdadeiros corredores ecológicos. Com isto, espera-se permitir a manutenção da vida natural perante as diversas formas futuras de uso destas áreas. Além disto, há ganhos sobre o potencial de uso dos recursos naturais em dimensões que vai além da questão ecológica. Referimos a situação como que no Acre, além das UCs, TIs e Zonas de Amortecimento – ZAs são, por excelência, locais de implantação de ações de uso dos recursos em diversas modalidades de manejos. Este é o caso da PAE Chico Mendes (Cacheira) em Xapuri, Santa Quitéria em Brasiléia (sul do estado); o PAF Havaí em Rodrigues Alves (oeste do estado); PDS BONAL na faixa da BR-364, Senador Guimard (nordeste do estado), entre outros.

Outras importantes iniciativas têm sido feitas na busca de desenvolvimento de tecnologia para maior aproveitamento dos recursos naturais não madeireiros. Isto tem se dado com o desenvolvimento de cadeias produtivas de recursos naturais e agregação de valores como ocorre com a borracha desde a implantação da Fábrica de Preservativo em XAPURI – NATEX. Estas, embora sejam iniciativas preliminares, marcam possibilidades de agilizar o setor produtivo sob bases eco florestais.

No âmbito das pesquisas e a produção de tecnologias para a potencialização dos usos dos recursos naturais das APs, ressalta-se o papel da Fundação de Tecnologia do Acre – FUNTAC. Nestas duas últimas décadas esta Instituição tem voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em segmentos de produtos regionais, especialmente, dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros em áreas de proteção ambiental e entorno. Além desta Instituição, destacam-se as ações da EMBRAPA – Acre, em especial, no que tangem às pesquisas voltadas aos setores produtivos agropecuários e agroextrativistas. Mas também há as ações das Instituições públicas de Ensino Superior como a Universidade Federal do Acre – UFAC e do recém-criado Instituto Federal de Tecnologia e Educação do Acre - IFAC. De certo modo o IFAC, tem atuado no sentido da formação técnica visando dar suporte para o desenvolvimento acriano, na preparação da mão-de-obra local, voltado a vários setores, inclusive, ao setor agroflorestal.

A UFAC destaca-se pela formação de profissionais em diversas áreas. Contudo, no campo da pesquisa ainda não há uma forte vinculação das investigações às áreas de Proteção Ambiental. As áreas de conhecimento que se voltam mais para o setor rural no âmbito da proteção podem ser situadas nos seguintes cursos: Engenharia Agrônômica; Engenharia Florestal, Geografia, Biologia, Economia, Sociologia, Mestrado em Desenvolvimento Regional. Tomando estes cursos com seus trabalhos de conclusão (monografia e dissertações), pode se notar a fraca a vinculação de suas pesquisas com a questão da conservação ambiental e sustentabilidade na região, como está apresentado no quadro 05:

**Quadro 5:** Pesquisas desenvolvidas sobre AP e sustentabilidade na UFAC até 2012

Cursos	Nº. de pesquisas concluídas*	Quantidade sobre os assuntos	%
Engenharia Agronômica	255	17	6,7
Engenharia Florestal	165	14	8,5
Geografia	81	13	16,1
Economia	250	06	2,4
Mestrado em Desenvolvimento Regional	65	09	13,9

Nota: \* Estimado com base nos trabalhos acessados.

Fonte: Coordenações de Curso UFAC, 2012.

Nota-se que apesar destas áreas estarem vinculadas a problemática da conservação ambiental e da sustentabilidade, ainda são fracas as pesquisas que versam sobre as APs. Nisto se vê a necessidade de uma política acadêmica que direcionem suas ações, em áreas do conhecimento que contribua no desenvolvimento da região.

Outra ação fundamental desenvolvida e propagada pelos órgãos públicos, refere-se ao Programa de Incentivos a Serviços Ambientais – Carbono (ISA Carbono). Trata-se do

O Programa de Incentivo a Serviços Ambientais – Carbono (ISA Carbono), que é uma evolução do Projeto PSA Carbono, é um subprograma do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA) e está definido na Lei Estadual 2.308/2010. A política do ISA – Carbono, foi promulgada em outubro de 2010. (AMARAL, 2010, p.1).

O Programa objetiva atuar na promoção da redução de gases que produzem o efeito estufa, de forma progressiva e consistente em longo prazo. Portanto, esta ação tem buscado operar no sentido de reforçar formas de gestão das APs e áreas de entornos no Estado. São com estes propósitos que estas ações têm recibos apoios em nível nacional e internacional com amplas ações colaborativas. Em nível regional amazônico, contudo, pode se dizer que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), se destaca como a maior ação organizada e programada para a conservação e uso sustentável de florestas tropicais do mundo. Por isto, o ARPA foi implantado com o desafio de conservar uma amostra significativa da biodiversidade no bioma Amazônia, incluído os ecossistemas e paisagens regionais (ARPA, 2012), tendo ações efetivas em todos estados da região, em especial no Acre.

### **Por detrás do espaço produzido: uma reflexão final**

Com vista aos problemas ambientais que pesam nas direções políticas tomadas no Acre, pode-se dizer que não há uma questão local, mas sim um problema global. Então, considera-se que o reconhecimento das questões que atingem o ambiente natural global, podendo levar fortes desgastes a existência da vida no planeta, é um processo

que tomou corpo efetivo após meados do século XX (embora, já fosse fruto de muitos séculos de ações predatória, em especial, fora da Amazônia). Este período marca quando a degradação começou a ser vista não apenas como um problema ecológico, mas também social, econômico e político, colocando em dúvidas as condições de vidas no futuro do Planeta.

Assim, esta constatação da problemática ambiental e social localizada ganhou projeção mundial. Com isto as agências de representação global se voltam para a situação, fazendo seguir uma agenda de acontecimentos tendo como objetivo discutir tal problemática. Então desde 1971 várias conferências e reuniões seguiram, tendo como grande marco a conclusão dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987 (CMMAD) presidida pela Dra. Gro Harlem Brundtland, quando se produziu o Relatório “Informe de Brundtland” – “O Nosso Futuro Comum” (FOLADORI, TOMMASINO, 2000, p.52/3). Este documento cairia como uma espécie de bula para um desenvolvimento capaz de resolver os problemas socioambientais do mundo (entende-se “Terceiro Mundo”), no discurso dos países centrais da produção econômica mundial para os países periféricos.

No Brasil, a Amazônia ganha destaque importante, sendo que nisto o Acre irá aparecer como experiência piloto destas transformações no processo de produção, como exemplo das “benfeitorias” do “Desenvolvimento sustentável”. Como já foi tratado, o Estado do Acre, desde o início da primeira década do século XXI, tem se alinhado a esta proposta mundializante de forma que fez ampla abertura para a implantação da “economia verde” (que é nada mais que uma nova rearticulação do capitalismo, perante monoterização de uma dita “questão” ecoambiental, em espaço definido). Perante esta proposta, sobre a qual tem recebido muitos elogios externos, embora as críticas também sejam muito presentes<sup>4</sup>, pode-se dizer que o Estado Acre é um espaço onde a participação e cooperação internacional já se faz presente há muito tempo. Participações estas que significam alto grau de dependência de órgãos externos e de ações de ONGs diversas.

Para situar temporalmente esta adesão acriana a este Projeto Mundializado recente, pode-se dizer estas parcerias com agências mundiais se aprofundou após 1999, perante os governos que se identificaram como construtores do “Desenvolvimento Sustentável acriano”. Dentre estas agências temos de destacar aquelas de colaboração internacional como: a WWF (*World Wildlife Fund*) que apoia o Governo do Estadual acriano em programas de Certificação das Propriedades Rurais Sustentáveis, no Zoneamento Ecológico Econômico nas duas fases e está presente no estado com escritório local; as ações da USAID (*United States Agency for International Development*), em especial no financiamento de ONG que atuam no estado, desenvolvendo atividades extensivas junto às populações tradicionais de áreas de proteção ambiental, entre tantas outras (C.f. ACRE 2010).

Neste conjunto de situações, podemos destacar que as ações de agências financeiras externas no Acre que já se prolonga por mais duas décadas. Isto ocorre visto que o Estado tem recebido financiamento do Banco Mundial, do Banco Interamericano

<sup>4</sup> - O grande exemplo disto foi o documento “Dossiê Acre - Documento especial para a cúpula Dos povos, apresentado no Rio de Janeiro, 2012” (disponível em: [http://www.agb.org.br/documentos/dossie\\_acre.pdf](http://www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf)), que foi levado a Rio + 20, expondo a falácia do que é divulgado sobre o desenvolvimento do Acre.

de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil. Estes recursos entraram, em especial, em programas que se voltam a “proteger” as florestas. Logicamente, esta proteção está associada a propósitos da “economia verde” em que se busca operar montagem de bases do “manejo” na extração de recursos naturais da floresta (momento presente e no futuro).

Outro importante colaborador tem sido a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ) que financiou parte do Zoneamento do Estado; ações de regularização fundiária, gestão ambiental florestal e terras indígenas, floresta plantada; e, mais recentemente, atua no fortalecimento da adoção de Programa Estadual de REDD. Cabe lembrar a existência do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), como já o caracterizamos anteriormente (BRASIL, 2007).

Há também o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7. Este Programa é “financiado por doações dos países integrantes do Grupo dos Sete (G-7), da União Europeia e dos Países Baixos”. Existe, contudo, uma complementação do Governo brasileiro, incluído os repasses estaduais e de organizações da sociedade civil. “Os recursos são oriundos do Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais (RFT), mecanismo criado para canalizar as contribuições dos doadores e que é administrado pelo Banco Mundial” (BRASIL, 2007, p.117).

Portanto, de modo geral o que se observa é que as colaborações internacionais estão na raiz das transformações ocorridas no estado e, em especial, no que tange as políticas para as APs. Desta forma, muitas iniciativas servem como referência para justificar às políticas internas e as ações impetradas pelo capital, inclusive, de empresas e agências que suas sedes se situam, às vezes, muito distantes. Assim, o Acre com suas APs, retrata as grandes contradições postas na totalidade do espaço produzido pelo capitalismo, sob propósitos de explorações atuais e futuras. Isto está exposto em leituras diversas do processo que assim pode ser sintetizado:

- Primeiro, há aqueles que veem a existência de um modelo bem-sucedido no Acre por esta via do Desenvolvimento Sustentável (como no ZEE/AC e por aqueles que tomam este documento como referencial estudo sobre o Acre; como também, pelos intelectuais que tentam reafirmar as práticas impetradas no Estado pelo Governos de 1999-2016);
- Segundo, há outros que apontam o cenário idealizado e maquiado, sem, contudo, levar a fixação de bases sólidas que assegure um real desenvolvimento do estado (neste grupo situam estudos daqueles que entendem que o mercado poderia ser regulador do desenvolvimento regional, na ótica da expansão de atividades agropecuárias integradas a ações de reforcem a lógica mercantil da produção);
- Terceiro, há os que fazem críticas mais radicais, que denunciam a forma fantasiosa implementada pelas ações de exploração dos recursos naturais acriano pelo Plano de Desenvolvimento sustentável (PDS) atual, num verdadeiro processo de “reprivatização” da natureza em APs (C.f. HERRERA, 2012). Para estes, os recursos estão sendo carregado para fora, deixando benefícios para uma pequena elite e a destruição para a grande maioria, tal qual fora antes (Aqui estão as críticas ao processo impetrado e as denunciam às formas maculadas pela política de desenvolvimento estadual em ampla dependência das agências mundiais do grande capital, sediado ou não no Brasil).



O que aqui se viu, mostrou-nos a pertinência desta compreensão sobre as políticas e gestão pública nas APs, áreas de entorno no Acre. Nisto refere-se, tanto como “modelo” de uso do espaço num projeto mundializado em que há geração de riquezas, mas também pelo carreamento externo desta riqueza que ainda continua tal qual fora no passado. Assim sendo, as áreas de proteção, inclusive, terras indígenas, permanecem longe de consolidarem como espaços sócio produtivos e ambientalmente de usos corretos, sucumbindo-se perante a pressão do mercado capitalista.

Portanto, em nome do ecologismo mundial e em consonância com a política local de “desenvolvimento sustentável”, simplesmente veem estes espaços como detentores de mercadorias, em especial, a madeira e serviços ambientais para serem postos em circulação no mercado mundial. A grande maioria da população, sobretudo das APs estiveram alijadas do uso dos benefícios obtidos, ao passo que com tais direcionamentos políticos não consolidam bases produtivas no Estado para assegurar uma real sustentação de seu desenvolvimento. Vemos em tudo isto, faces contraditórias de uma política globalizante do mercado que se ostenta por legalidade, sob bases socioespaciais locais de como se formou esta sociedade, a partir de discursos ideológicos, sob poucas bases materiais que promovam ganhos sociais e ambientais na realidade vivida.

### **Referências**

- Acre, Governo do Estado do (2000). *Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico Econômico: Aspectos socioeconômicos e ocupação territorial*. Rio Branco: SECTMA, v.I, II e III.
- \_\_\_\_\_. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC, Fase II: documento síntese* (2010). 2.ed. Rio Branco: SEMA.
- Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA (2012). *Programa de Arborização Urbana do Estado do Acre*. Rio Branco: SEMA/PMRB.
- Acre, Governo do Estado do. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN (2013). *Acre em números 2013*. Rio Branco: SEPLAN/AC.
- Ab'sáber, A. N. (2002). Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. Belém, *Estudos Avançados*, n.16 (45). p.7-30.
- Allegretti, M. (1994). Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony et al. *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudo Amazônicos e Ambientais, Fundação Konrad Adenauer, p. 17-48.
- Amaral, Eufram F (2010). *Programa de Incentivos a Serviços Ambientais – Carbono (ISA Carbono)*. Rio Branco: Governo do Estado Acre - Instituto de Mudança, Climáticas, 2010. In: <http://dialogosfederativos.files.wordpress.com/2012/07/descric3a7c3a3o-da-iniciativa35.pdf>. Acessado em 08/2015.
- Arpa - Programa Áreas Protegidas da Amazônia (2012). *Áreas Protegidas da Amazônia – Fase II*. <http://www.funbio.org.br/o-que-fazemos/projetos/arpa-areas-protegidas-da-amazonia-fase-ii-17/04/2012>. Acessado:05/2014.
- Brasil, Ministério do Meio Ambiente (2000). *Convenção Diversidade Biológica – Biodiversidade 2*. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA - Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade.

- \_\_\_\_\_ (2010). *Resolução nº 428 – CONAMA*. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, 17/dez./2010.
- \_\_\_\_\_ (2012). *Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IBAMA/MMA - Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Departamento de Áreas Protegidas, 2012.
- Brasil, Presidência da República (2002). SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Lei 9985 de 18 de julho de 2000*. Brasília, Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340 22/08/02; Presidência da República, 2002.
- Brown, Irving Foster (2006). *Ecosistemas emergentes!* Blog Ambiente Acreano, Rio Branco, 2006. (Acessado em 2014). Disponível em: <http://ambienteacreano.blogspot.com.br/2006/01/ecosistemas-emergentes.html>
- Calixto, Valdir de; Souza, Josué F. De; Souza, José Dourado de (1985). *Acre: uma História em construção*. Rio Branco: FDRHCD.
- Diegues, Antônio Carlos; Arruda, Rinaldo Sergio Vieira; Silva, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; Andrade, Daniela (ORG) (2000). *Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade - NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-Universidade de São Paulo.
- Domingues, Mariana Soares; Bermann, Célio (2012). O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & sociedade*. Campinas, 2012. vol.15, no.2, May/Aug/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200002>. (On-line version ISSN 1809-4422). Acessado em 04/2014.
- Foladori, Guillermo; Tommasino, Humberto (2000). El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. *Revista Desenvolvimento e meio ambiente*, Curitiba, UFPR, jan/fev. 2000. nº 1. p.41-56.
- Funai (S.d). *Página eletrônica da Fundação Nacional do Índio* (S.d). In: <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 08/2012.
- Funai (2012). *Ofício N.31/2012/Gab/CR Alto Purus/FUNAI/AC*. Rio Branco: Coordenadoria Regional do FUNAI/Alto Purus.
- Geoheco (2003). *Estudo sobre a qualidade ambiental do geoeossistema do Maciço da Tijuca*: subsídios à regulamentação da Aparu do Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: SMAC. CD-ROM.
- Herrera, Ramon Vera (Edición) (2012). *Economía verde - el asalto final a los bienes comunes*. Mexico: Alianza Biodiversidad; Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM); Amigos de la Tierra América Latina y El Caribe (ATALC). Disponível em: [http://www.wrm.org.uy/temas/Economia\\_Verde/asalto\\_final\\_a\\_los\\_bienes\\_comunes.pdf](http://www.wrm.org.uy/temas/Economia_Verde/asalto_final_a_los_bienes_comunes.pdf) Acessado em 04/2014.
- Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). *Geoestatísticas revelam patrimônio ambiental da Amazônia Legal*. Comunicação Social, 01/06/2011 [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.Php?id\\_noticia=1887&id\\_pagina](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.Php?id_noticia=1887&id_pagina). Acessado em 04/2014.
- ISA – IMAZON – ICV (2009). *Amazônia 2009 Áreas Protegidas y Territorios Indígenas* - notas para o mapa 3. In: [http://raisg.socioambiental.org/system/files/Amazonia\\_Brasileira.pdf](http://raisg.socioambiental.org/system/files/Amazonia_Brasileira.pdf) Acessado em 08/2012.
- Magalhães, Éden (2002). *500 anos de resistência e luta pela vida*. In: FEM - Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. *Povos do Acre: História Indígena da Amazônia Ocidental*. Rio Branco: FEM. p.6-10.

- Miranda, Guilherme Marinho; Sant'anna, Fernanda Mello (2010). Corredores de desenvolvimento e conservação no acre: as escalas de planejamento do global ao local. *Actas del XI Colóquio Internacional de Geocrítica*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 2 - 7 de mayo de 2010.
- Paula, Elder Andrade de, SILVA, Silvio Simione da (2008). Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. *Revista Nera/UNESP*, Presidente Prudente, Ano 11, n.º. 12, pp. 86-97, Jan.-jun./2008.
- Pineda Samanta (S.d.). *As limitações ilegais do uso do entorno das unidades de conservação*. Sd. <http://ambienteduran.eng.br/opiniao/limitacoes-ilegais-do-uso-do-entorno-das-unidades-de-conservacao>. Acessado em 12/2014
- Silva, S. S. da (2015). Formação socioambiental do estado do Acre. In: SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. (Org.). *Formação socioambiental da Amazônia*. Belém: Editora do NAEA/UFPA. 2015. p. 35-112, il. [Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 3].
- Sioli, Harald (1985). *Amazônia: fundamentos da ecologia da maior região de florestas tropicais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2002). *Lei 9985 de 18 de julho de 2000*. Brasília, Congresso Nacional e Decreto Nº 4.340 22/08/02; Presidência da República.
- Souza, Moisés B. de *et al* (2003). A biodiversidade no estado do acre: conhecimento atual, conservação e perspectivas. *T&C Amazônia*, Manaus, Ano 1, no 3, Dezembro, 2003.
- Tocantins, Leandro (1979) *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.